



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

CÓPIA

Ao
Plenário da Câmara Municipal
Bento Gonçalves RS
Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL
DE BENTO GONÇALVES
PROTOCOLO Nº 01
DE 09/02/23
15:05 HORAS
J

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Moção de apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 4, de 2022, que tramita no Senado Federal sobre a Alteração da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus Sarscov-2 (Covid-19), para permitir a a incorporação aos vencimentos dos servidores públicos de benefícios associados ao tempo de serviço exercido entre 27 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021.

O Vereador **VALDEMIR ANTONIO MARINI** que abaixo subscreve, da Bancada do PP, vem na forma regimental requerer que esta Casa Legislativa encaminhe ao Senado Federal **MOÇÃO DE APOIO** ao Projeto de Lei Complementar nº 4, de 2022, que tramita no Senado Federal sobre a Alteração da Lei Complementar nº 173, de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus Sarscov-2 (Covid-19), para permitir a incorporação aos vencimentos dos servidores públicos de benefícios associados ao tempo de serviço exercido entre 27 de maio de 2020 de 31 de dezembro 2021.

JUSTIFICATIVA

A lei Complementar nº 173, de 2020, foi um instrumento fundamental para permitir que os Estados e os Municípios enfrentassem a Covid-19, ao garantir recursos essenciais para o combate à pandemia em um



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

período de forte contração econômica e consequente queda de arrecadação . Em contrapartida , foram impostos vários limites à contratação de pessoal , ao aumento de renumerações e, tema deste Projeto de Lei Complementar , à contagem de tempo de serviços para fins de aquisição de anuênios , biênios , triênios, quinquênios , ou quaisquer outros benefícios pagos aos servidores em função de tempo de atividades , até 31 de dezembro de 2021 . Passados quase dois anos desde o início da pandemia , e apesar dos impactos negativos da nova variante ômicron , vislumbra-se uma luz no fim do túnel com avanço da vacinação. Em 2021 , a atividade econômica se recuperou , o que permitiu o aumento significativo da arrecadação, de forma que encerramos o ano com superávit primário do setor público consolidado de quase R\$ 65 bilhões , o primeiro número positivo desde 2013 . A relação dívida bruta/PIB caiu quase nove pontos percentuais , fechando o ano um pouco mais de 80%. Trata-se de um número elevado , sem dúvidas , mas bastante inferior às previsões mais alarmista , que projetavam percentuais beirando aos 100%.

Como sabemos , não foi somente a recuperação economia que permitiu essa melhora nos resultados das suas contas públicas . A inflação media pelo IPCA ficou acima de 10%. Quando medida pelo IGP-M, o número sobe para mais de 23%. Nesse cenário aumenta-se a arrecadação , mas as despesas , em especial aquelas com funcionalismo público , ficam congeladas. Em outras palavras , os servidores públicos das mais diferentes áreas , como saúde , segurança , assistência social , arrecadação tributaria , etc, foram chamados a contribuir para o esforço nacional de combate aos impactos da Covid -19. A contribuição se deu não somente pelo trabalho , como seria natural esperar , como também pela perda do poder aquisitivo de seus rendimentos .

Não é justo que , com a melhoras das contas públicas , esses servidores continuam a sofrer todo o peso do ajuste fiscais . Vale destacar que a remuneração por tempo de serviço faz parte do pacote de benefícios do servidor . É um instituto criado para estimular o servidor a permanecer na administração pública , permanecendo , dentro do setor público , o conhecimento acumulado ao longo da sua carreira . Também é uma forma de manter expectativas positivas em relação à própria renumeração , aumentando a percepção a adequação remuneratórias , o que cria um ambiente de trabalho mais harmônico e , consequentemente , mais produtivos. Por esses motivos , como mencionei anteriormente , proponho como o tempo de serviço entre publicação da Lei Complementar nº173 , 27 de maio de 2020 , e 31 de dezembro de 2021, volte a ser computado para todos os servidores para fins de aquisição de anuênio , triênios, quinquênios, e benefícios similares.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

Ciente dos problemas que essa proposta poderia causar ao caixa do governo subnacionais, o pagamento efetivo se dará somente a partir de 1º de janeiro deste ano, sem direito a crédito retroativo. Diante da importância dessa matéria, e em respeito ao funcionamento público, demonstrando apoio para aprovação deste projeto.

Na certeza de que nosso pedido mereceria o seu pronto atendimento, desde já agradecemos.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Sala das Sessões Fernando Ferrari, aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três.


VALDEMIR ANTONIO MARINI
PP